

ANP
ASSOCIAÇÃO
NATUREZA
PORTUGAL



ANP em associação com WWF

DOCUMENTO DE
POSIÇÃO
MAIO 2019

VIVER ALÉM DA ÁGUA QUE TEMOS

Posição da ANP|WWF sobre a Seca em Portugal

I. A seca em Portugal

A seca é um fenómeno natural de origem climática, que acontece sempre que chove menos do que o esperado num determinado território e ao longo de um dado período de tempo. Disto resulta uma falta de água para satisfazer as necessidades existentes.

No contexto climático mediterrânico em que Portugal se insere, marcado por uma estação seca e quente relativamente estável (que varia entre apenas julho e agosto no Minho e de abril a outubro no Algarve) e por uma estação mais fria de precipitação muito variável (o resto do ano), as secas são uma parte integrante e recorrente do nosso clima, atualmente agravado pelo contexto de aquecimento global e consequentes alterações climáticas.

Embora não se tenham ainda verificado tendências claras de aumento ou redução da precipitação na região Mediterrânica em que nos inserimos, a maior parte dos cenários aponta para uma redução da disponibilidade de água em Portugal, nomeadamente na região Sul, por via:

- de uma tendência a longo prazo de redução da precipitação de inverno (já estatisticamente significativa para o mês de março);
- do alargamento da estação seca / verão e concentração da precipitação em menos dias;
- do aumento geral da temperatura, e consequentemente da evaporação;
- da redução dos escoamentos superficial e subterrâneo.

EQUÍVOCOS COMUNS:

SECA

Défice temporário e anormal de precipitação

ESTAÇÃO SECA

Período do ano com precipitação muito reduzida

SECA

Défice temporário de água

ESCASSEZ

Défice estrutural de água

A situação de seca que atualmente se verifica numa parte significativa do território continental de Portugal ocorre no seguimento de dois anos genericamente secos ao nível da chuva. De facto, tanto 2016/17 como 2017/18 registaram défices significativos da precipitação de inverno em extensas áreas do País, embora variáveis: foi mais intenso a nordeste no primeiro ano, mas mantém-se mais intenso a sueste neste terceiro ano. O ano passado esse défice foi particularmente intenso até fevereiro (razão pela qual usamos este mês nas figuras 1 e 2 abaixo), mas colmatado por um período bastante chuvoso em março e abril de 2018. Após este terceiro inverno seco, e um mês de abril particularmente chuvoso no norte e centro, vinhou-se o défice de precipitação e a situação de seca mais pronunciada na região Sul do País, conforme revela a figura 1.

Os impactos da seca verificadas nas culturas de sequeiro já não podem ser mitigados pela precipitação de Primavera.

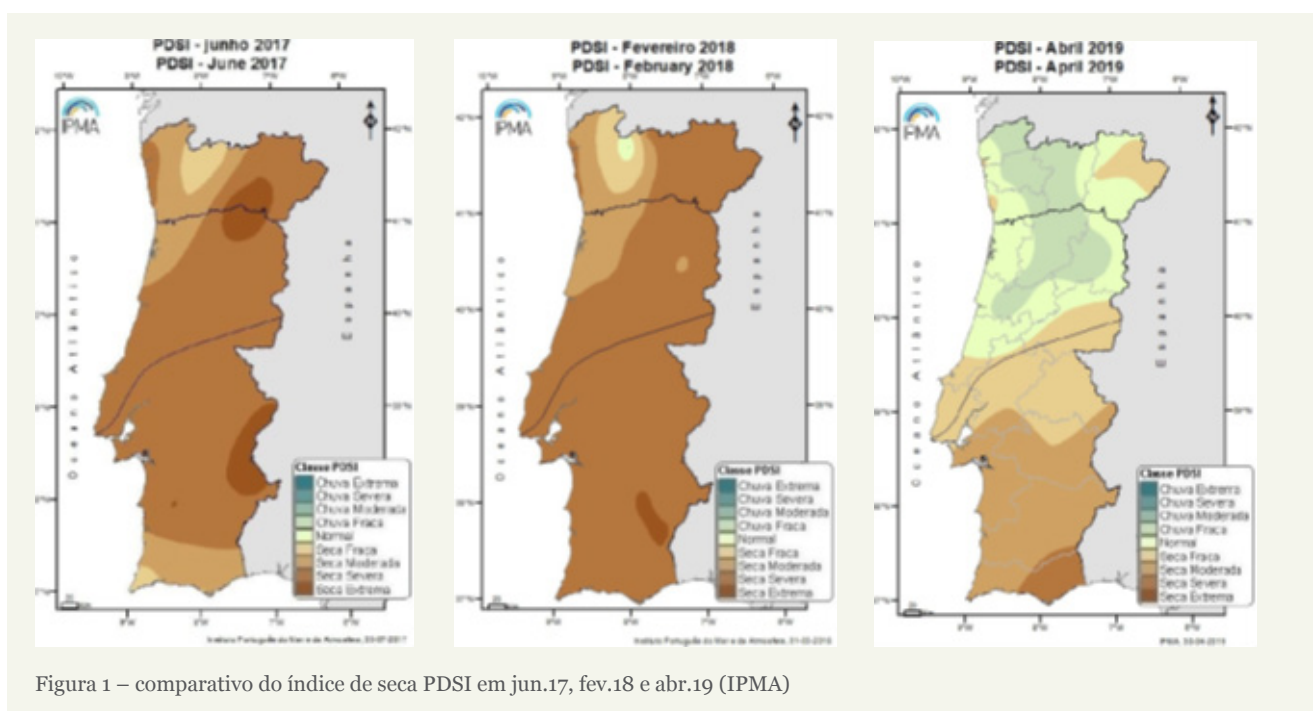


Figura 1 – comparativo do índice de seca PDSI em jun.17, fev.18 e abr.19 (IPMA)

Esta acumulação de défices, embora interrompida pontualmente por períodos mais húmidos (como foi março-abril de 2018 e abril de 2019), contribuiu para que atualmente se verifiquem impactos agravados resultantes dessa sucessão, nomeadamente na região sul. Estes impactos advêm da baixa do nível de partida das albufeiras e aquíferos, assim como da água acumulada no solo.

Este défice plurianual também se tem verificado na maior parte do território espanhol, o que tem contribuído em larga escala para a redução dos caudais que vêm do país vizinho, conforme se tem notado no Tejo, embora ainda se mantenham os caudais acordados entre os dois países na Convenção de Albufeira.

Os impactos verificados nos cereais de inverno e outras culturas de sequeiro já não podem ser mitigados pela precipitação que ocorreu e ainda venha a ocorrer esta Primavera, mas esta foi determinante (à exceção do Alentejo interior e Algarve) para os níveis das albufeiras, e para a garantia

de abastecimento dos sistemas urbanos e dos regadios.

Apesar da evolução dos volumes armazenados nas albufeiras (figura 2) não aparentar uma situação particularmente grave, devem ser tidos em conta os efeitos cumulativos resultantes desta sequência de anos secos. Numa altura do ano em que, por norma, a estação seca começa na região Sul (em particular no Algarve), e progressivamente alcançará o resto do País (até abranger o Minho, normalmente em junho), é de esperar que o verão traga o agravamento de muitos dos impactos verificados, bem como a ocorrência daqueles que se antecipam devido à própria estação.

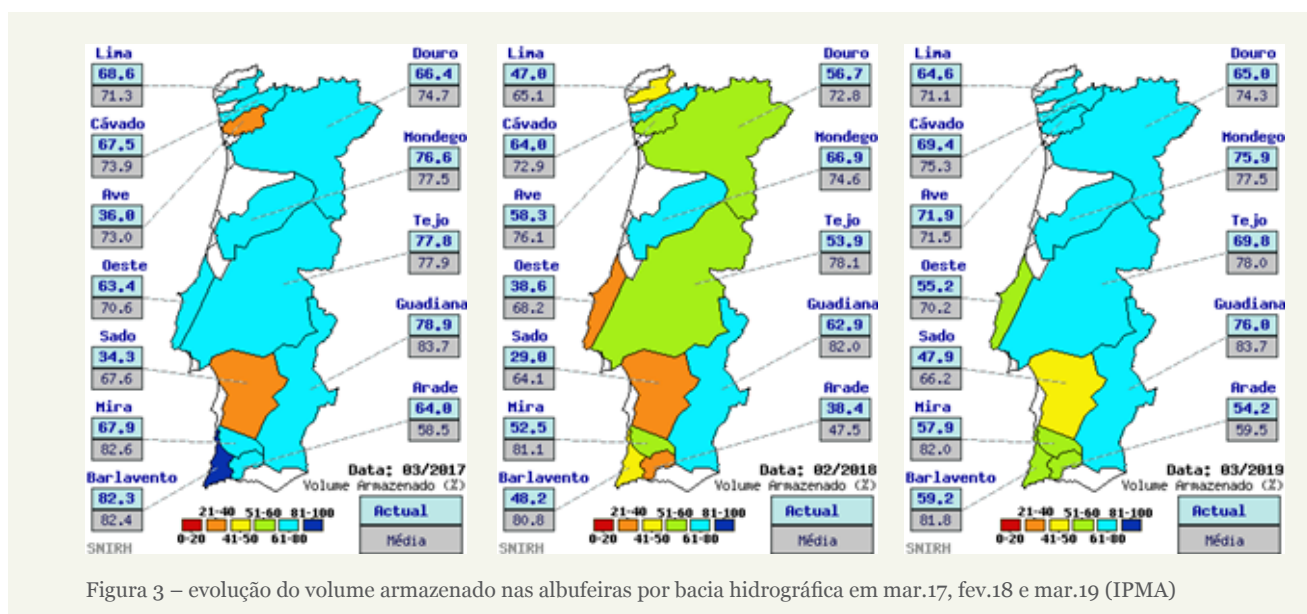


Figura 3 – evolução do volume armazenado nas albufeiras por bacia hidrográfica em mar.17, fev.18 e mar.19 (IPMA)

Até à data presente, os **impactos mais significativos** que foram reportados são:



- a perda de rendimento das culturas de outono/inverno (como o trigo e a cevada);



- a perda de rendimento das pastagens e dificuldades na alimentação do gado (o que leva a custos acrescidos com a compra de silagens, fenos e palhas, a diminuição do efetivo, ou o recurso a mais alimentos concentrados);



- uma quebra de 10% da área prevista para cultivo de arroz.

Acrescem ainda os impactos económicos decorrentes dalgumas respostas específicas já tomadas, nomeadamente:



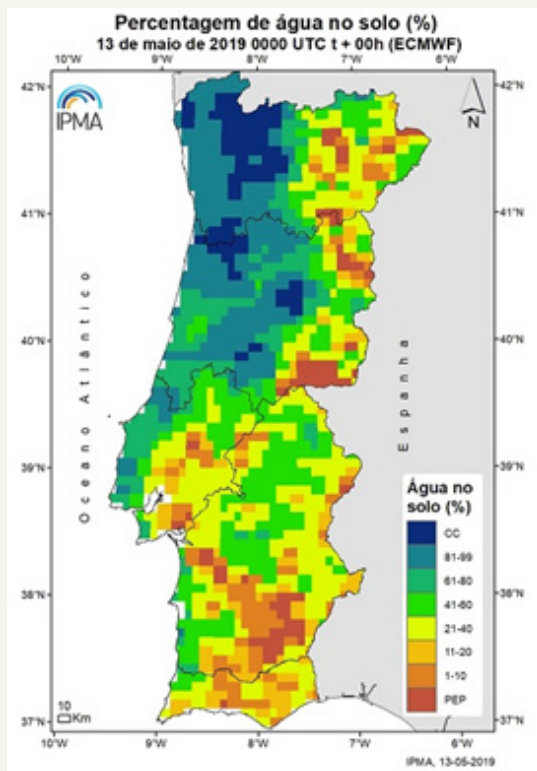
- a contratação antecipada de camiões-cisterna para abastecimento urbano de emergência (decidida em finais de março);



- as restrições à instalação de culturas permanentes pelos beneficiários precários dos perímetros de rega de Alqueva;



- as restrições nas campanhas de rega a partir das albufeiras de Vigia (bacia do Guadiana), Campilhas, Roxo e Monte da Rocha (Sado).



MARCAS DA SECA ATUAL:

- Vinca os défices estruturais no sul e interior do País
- 3º inverno consecutivo seco na generalidade do País
- 6º ano tendencialmente com défice de precipitação da última década
- Impactos acumulados resultantes da seca plurianual
- Impactos não mitigáveis nas culturas de sequeiro de inverno

II. A resposta reativa do Governo e a falta de aposta na prevenção

Neste contexto, não se entende que se continue a apostar numa **gestão reativa do risco, em vez de preventiva**. De facto, a cada ano que sucede com precipitação inferior à média, reaparece um repetido conjunto de medidas de emergência, sem que, nomeadamente em anos chuvosos e normais, se tomem medidas preventivas, sustentáveis e a longo prazo, que permitam minimizar os impactos deste fenómeno natural.

O ano de 2018/19 não é exceção – só assim se explica:

- depois de anos sem se fazer nada de significativo na **reutilização de águas residuais**, foi agora anunciado um pacote de medidas (após a reunião da Comissão Permanente de Acompanhamento da Seca a 20 de março), já sem tempo útil para diminuir os impactos do momento que vivemos
- foram anunciadas **restrições aos regadios** (nomeadamente em Alqueva), depois de anos a incentivar e fomentar a intensificação agrícola e o crescimento desmedido das áreas de regadio de culturas de alto consumo, em detrimento de sistemas agrícolas mais extensivos e melhor adaptados ao clima mediterrânico.

- que se tenha antecipado um concurso para aluguer de camiões-cisterna para **abastecimento de emergência**, por continuarem a não ser instalados sistemas resilientes e sustentáveis de abastecimento público, nomeadamente em lugares mais remotos e de pequena dimensão.

É também significativo que os perímetros de rega desde já condenados a restrições aos beneficiários são aqueles que sistematicamente estão em défice – é o caso das albufeiras do Alto Sado (nomeadamente Monte da Rocha, mas também Campilhas e Roxo), cujos perímetros estão em situação estrutural de escassez, ou seja, onde a procura instalada é superior à oferta (tendo em conta as margens de segurança impostas pela crescente variabilidade climática); não estão em “seca quase permanente” – isso não existe, a seca é por definição uma variação temporária face ao expectável.

Há um problema estrutural (a escassez) por combater, e que se prende com o (ab)uso de água no País

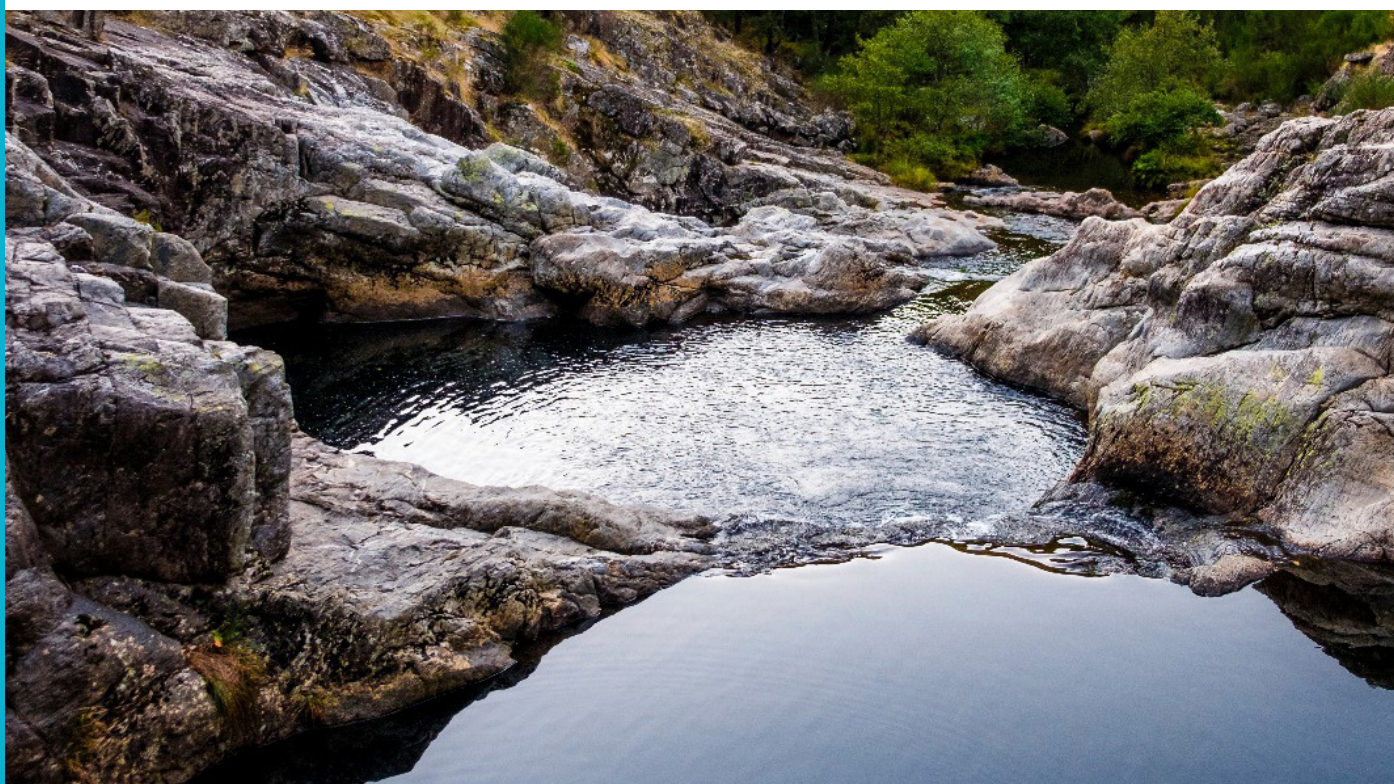
Prevê-se que, se a seca se voltar a agravar antes do verão, e à semelhança do que já ocorreu em metade dos anos da última década (2009, 2012, 2015, 2017 e 2018), o Governo possa vir a antecipar o pagamento das ajudas da Política Agrícola Comum e a atribuir linhas de crédito bonificado aos agricultores afetados – e pouco mais. Esta repetição de respostas a uma situação excecional por definição (a seca) mostra que há um problema estrutural (a escassez) por combater, e que se prende com o (ab)uso de água no País, nomeadamente no setor agrícola.

III. Recomendações da ANP|WWF para uma gestão preventiva dos recursos hídricos em Portugal

As nossas recomendações partem da constatação de que há contextos regionais de escassez estrutural (nomeadamente no Sul do País), e de que a recorrência das secas não tem conduzido a uma gestão preventiva dos riscos associados, agravados pelo contexto global de alterações climáticas. Por isso estas recomendações procuram prioritariamente estabelecer uma gestão preventiva da água, que antecipe os riscos e garantam resiliência aos sistemas de abastecimento de água, de forma a garantir sustentabilidade à exploração do recurso e aos ecossistemas que o fornecem.

Numa estratégia preventiva de gestão do risco de seca, **os decisores políticos e as administrações públicas** devem aplicar um leque diversificado e integrado de medidas complementares entre si, nomeadamente:

- Conservar e reabilitar ecossistemas aquáticos saudáveis que garantam mais resiliência e sustentabilidade aos sistemas de abastecimento;
- Deixar de financiar novos regadios em zonas de escassez, e globalmente sempre que não garantam sistemas de uso eficiente e frugal da água;
- Garantir práticas de licenciamento e fiscalização que assegurem uma distribuição equitativa dos direitos de uso entre as atividades económicas e os ecossistemas;
- Fomentar os bancos de água e outros mecanismos de alocação em caso de emergência, com regulação pública dos preços e trocas temporárias de direitos;
- Diversificar as origens dos sistemas de abastecimento, incluindo infraestruturas de reutilização de águas residuais;



- Reduzir a procura através de aumentos de eficiência de utilização nos diferentes setores, garantindo a transferência de uso da água poupada;
- Implementar mecanismos pré-acordados e escalonados de compensação financeira e de seguro face aos impactos das secas;
- Melhorar o uso e divulgação dos sistemas de monitorização e previsão sazonal, e a ativação de medidas com base em indicadores objetivos e mensuráveis.



Water Stewardship é a assunção de responsabilidade por parte dos utilizadores da água (cidadãos, empresas, Estado) no sentido de a usarem e tratarem de forma ambientalmente sustentável, socialmente equitativa, e economicamente benéfica.

Numa estratégia preventiva de gestão do risco de seca, os **empresários** devem:

- Participar em projetos e iniciativas de Water Stewardship (ver caixa) e de pagamento de serviços dos ecossistemas (nomeadamente fluviais);
- Integrar a gestão da água na cadeia de valor das empresas;
- Assumir o risco hídrico da atividade e as responsabilidades sobre o uso da água nos planos social e ambiental;
- Diversificar as origens dos sistemas de abastecimento, incluindo infraestruturas de reutilização de águas residuais;
- Reduzir os consumos e aumentar a eficiência dos recursos hídricos utilizados;
- Os **agricultores** em particular, devem optar por tecnologias e equipamentos de rega mais eficazes, sistemas culturais melhor adaptados, mais resilientes e de menor risco.

Por fim, numa estratégia preventiva de gestão do risco de seca devem os **cidadãos**:

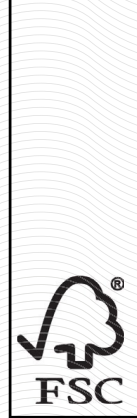
- Reduzir os consumos domésticos em permanência (equipamentos mais eficientes, utilizações mais curtas da torneira, menor desperdício);
- Optar por consumos de reduzida pegada hídrica (na alimentação, no vestuário, no lazer, etc.), em função da origem e da época do ano;
- Participar civicamente de forma ativa, denunciando irregularidades na gestão local da água e pressionando as autoridades para a adoção duma gestão preventiva da seca, e para o cumprimento dos princípios e objetivos da Diretiva-Quadro da Água (ver caixa).



A Diretiva-Quadro da Água é a base legal para a gestão da água na União Europeia. Promove uma gestão integrada e sustentável das águas europeias, com base em princípios e metas ambientais concretas, visando alcançar o seu bom estado até 2027.

Cidadãos, empresas, agentes do sector agrícola e Estado devem comprometer-se com o uso sustentável da água, num país que é parcialmente afetado por escassez hídrica, e onde se prevê um agravamento desta condição no futuro próximo. A mitigação dos impactos das secas e da escassez hídrica em Portugal combate-se através de medidas responsáveis em toda a cadeia de utilização da água.

A ANP|WWF



100 países

A ANP pertence à rede WWF, que tem escritórios em mais de 100 países

2017

A ANP foi criada em 2017 para trabalhar em associação com a WWF no nosso país



+60,000

A ANP|WWF tem mais de 60,000 seguidores nas suas redes sociais

7 projetos

7 grandes projetos de conservação desenvolvidos em território nacional.

A Associação Natureza Portugal trabalha em associação com a WWF, a maior organização global independente de conservação da natureza. É uma ONG portuguesa, sem fins lucrativos, que visa a conservação da diversidade biológica nacional.

A ANP|WWF está empenhada na conservação da fauna e da flora, dos ecossistemas, das paisagens, das águas, do solo, do ar puro, dos processos ecológicos e dos sistemas de suporte da vida, dos serviços prestados pelos ecossistemas e dos recursos naturais. Promove o uso justo e sustentável destes recursos e contribui para o bem-estar das gerações atuais e futuras e para um futuro no qual as pessoas vivam em harmonia com a natureza.

Para saber mais sobre o trabalho da ANP|WWF, por favor visite: www.natureza-portugal.org

Fotografias: © Global Warming Images / WWF; ©P35

©Maquetização e texto Maio 2019 ANP|WWF. Todos os direitos reservados.

Qualquer reprodução total ou parcial deve mencionar o título e creditar a supra-mencionada enquanto proprietária dos direitos de autor.



© 1986 Símbolo do Panda WWF – World Wide Fund For Nature (anteriormente World Wildlife Fund)
Associação Natureza Portugal, em associação com a WWF – Laboratórios do Audax,
Rua Adriano Correia de Oliveira, 4 A – Lab H3, 1600 – 312 Lisboa